

# **ECONOMIA MONETÁRIA DE GEORG SIMMEL E O DINHEIRO EM MARX: uma análise de convergência entre modelos explicativos**

**Willian Gledson e Silva<sup>1</sup>**  
**Francisco Danilo da Silva Ferreira<sup>2</sup>**

---

DOI: <https://doi.org/10.36113/rec.v7i1.3580>

---

**Resumo:** Este artigo teve o objetivo de analisar a possibilidade de convergência entre o modelo de economia monetária de Georg Simmel e o dinheiro na teoria de Karl Marx, partindo de uma formulação exclusivamente teórica. Metodologicamente, usou-se uma revisão de literatura à construção de um modelo explicativo. Os resultados demonstraram que houve uma possibilidade não desprezível entre o modelo de Simmel na perspectiva do espírito das pequenas cidades diante do autoconsumo envolvido no circuito Mercadoria (M)-Dinheiro (D)-Mercadoria (M) de Marx. Adicionalmente, o Espírito das grandes cidades frente ao circuito Dinheiro Mercadoria e mais Dinheiro (D), respectivamente em Simmel e Marx complementaram esta análise, pois aspectos de teorias tão divergentes permitiram construir, provavelmente, um modelo explicativo.

**Palavras-chave:** Economia Monetária. Simmel e Marx. Grandes e Pequenas Cidades. Autoconsumo e Ganho do Capital.

## **MONETARY ECONOMICS BY GEORG SIMMEL AND MONEY IN MARX: an analysis of convergence between explanatory models**

**Abstract:** This paper had to analyze the convergence possibility between Georg Simmel's monetary economy model and the money in Karl Marx's theory, starting exclusively theoretical formulation. Methodologically, it used a literature review to the explanatory model construction. The results showed that there was a non-negligible possibility between Simmel's model in the perspective of the small towns mind against of the involved self-consumption in Marx's Merchandise (M)-Money (M)-Merchandise (M) scheme. Additionally, the the big cities mind in front of Money Merchandise more money (M) scheme, respectively in Simmel and Marx, complemented this analysis, because such divergent theories aspects allowed to build, probably, and explanatory model.

---

<sup>1</sup> Pós-Doutorado, Doutorado e Graduação em Ciências Sociais (UFRN). Mestrado e Graduação em Economia (UFRN). Professor Adjunto do Departamento de Economia Campus Avançado Assú da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0552-202X>. E-mail: [williangledson@gmail.com](mailto:williangledson@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutorado em Economia (UFPB), Mestrado em Economia (UFRN), Graduação em Economia (UERN). Professor Adjunto do Departamento de Economia Campus Avançado Assú da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8412-7540>. E-mail: [ffdanilloferreira@gmail.com](mailto:ffdanilloferreira@gmail.com).

**Keywords:** Monetary Economics. Simmel and Marx. Small towns Big and Cities. Self-consumption and Capital Gain.

**JEL Codes:** B26; E40.

## 1 INTRODUÇÃO

As teorias sociológicas e econômicas, dentre inúmeras nuances, permitem resgatar em autores clássicos contribuições bastante representativas na explicação de fenômenos sociais e da economia, não sendo diferente das perspectivas econômicas e políticas reproduzidas no âmbito do Estado capitalista, na leitura de Silva (2021), cuja gestão da moeda se reflete como em um dos atributos mais significativos ao adequado funcionamento da sociedade de mercado.

Para tanto, Carvalho et al. (2007) identifica na moeda características básicas indispensáveis, a exemplo do caráter meio de troca, unidade de conta e reserva de valor, respectivamente se associando a um equivalente geral, na leitura de Brunhoff (1985), a fim de propiciar trocas de mercadorias, unidade de conta no sentido da quantificação destinada ao mercado, resguardando a reserva de valor a manifestação do valor das coisas postas no circuito das trocas.

Assim, uma das questões explicativas comprobatórias sobre a moeda decorre da aceitação da teoria de Wicksell apontada por Carvalho et al. (2007) e Silva e Moura (2017), cujos autores descrevem que a abordagem exprime haver um saldo monetário real que se compara diante da inflação, de maneira que uma quantia de moedas excedente frente à inflação corrente implica no maior poder aquisitivo dos agentes/atores e vice-versa.

Adicionalmente, Silva, Silva e Figueiredo (2013) esclarecem coexistir na economia capitalista o conceito de eficiência marginal do capital formulado por Keynes, onde a moeda se expressa como volume monetário a ser dedicado aos investimentos empresariais através da aquisição de meios de produção ou aplicação no mercado financeiro, de modo que as taxas de juros praticadas na economia são referências às escolhas dos agentes/atores, caso os juros estejam maiores ou iguais que as expectativas de retorno dos investimentos se aplicam os meios monetários no mercado financeiro e vice-versa.

Dito isso, a teoria da economia monetária proposta por Simmel (2005) procede de uma condição analítica do autor acerca do contexto de sociabilidade envolta no movimento social frenético ou não estabelecido pelos agentes/atores, ou seja, Georg Simmel traz uma reflexão relevante para que se possibilite enquadrar o dinheiro na enfatizada perspectiva.

Com efeito, Simmel (2005) sistematiza uma antítese comportamental das pessoas, havendo peculiaridades decorrentes do espírito das grandes e pequenas cidades, amalgamando o modelo da economia monetária a fim de explicitar tipificações semânticas no que diz respeito à moeda, permitindo, necessariamente, extrair corolários não desprezíveis da participação estatal na condução da política econômica.

Afinal, Brunhoff (1985), autora de orientação marxista, essa percebe na política monetária a forma pela qual o Estado capitalista gera reverberações sobre a gestão estatal da moeda e da própria força de trabalho, isto é, ambas as vias utilizadas pelo Estado demonstram sua característica de beneficiamento da classe dominante em detrimento da classe dominada, suscitando realces bastante sintomáticos na formulação deste insuficientemente explorado problema de pesquisa de cunho exclusivamente teórico.

A autora supracitada, na verdade, traz elementos importantes extraídos do modelo teórico desenvolvido por Marx (2013), cujo autor trata de realizar uma profunda crítica acerca da economia política, circunscrevendo nuances extremamente relevantes no sentido de

identificação de diversos papéis sociais, não sendo diferente com o dinheiro enquanto fetiche da mercadoria (amalgamadora do valor).

Resta ainda ressaltar, via de regra, que a moeda é manifesta de forma assimétrica em escala mundial, quer dizer, cada país estabelece um tipo de unidade monetária que circula internamente nos limites de dado território de soberania nacional, sendo possível configurar intercâmbio entre diferentes Estados nacionais mediante a precificação das mercadorias internacionalmente, viabilizando uma flutuação entre tais moedas a fim de permitir trocas nos termos antes descritos sumariamente por Lima e Silva (2017), Silva e Moura (2017) e Ferreira, Silva e Souza (2019).

Silva e Ferreira (2020), por sua vez, acentuam que blocos de países podem estabelecer uma tipificação monetária supranacional, isto é, os membros de determinado grupo de Estados nacionais assumem como moeda de circulação nos limites de seus territórios uma moeda capaz de permitir a realização de transações sem que haja necessidade da conversibilidade cambial, a exemplo da Zona do Euro que adota tal moeda na condição de referência monetária para o grupo.

Em suma, Lima e Silva (2017), Silva e Moura (2017) e Silva e Ferreira (2020), categoricamente, sublinham haver no câmbio um significado no qual uma unidade de moeda internacional deve ser comprada por determinada quantidade de unidades de moeda nacionalmente, cuja taxa cambial varia em termos das flutuações da oferta e demanda pela moeda de curso internacional, tendo como exemplo mais factível o Dólar.

Afinal, os breves realces teóricos esclarecem haver contornos não desprezíveis imputados ao fator moeda, sendo de bom alvitre estabelecer uma relação entre distintas visões, cuja expectativa é identificar, eventualmente, sinais de convergência entre Simmel e Marx, buscando nos autores corolários conceituais capazes da constituição de uma interpretação marcada pela síntese a ser aplicável ao entendimento da moeda no sistema capitalista, incluindo as nuances atuais de proporções financeiras em escala global.

Aponte-se, por sua vez, que a hipótese deste artigo preconiza admitir que a teoria da economia monetária de Georg Simmel e o dinheiro em Marx reúnem traços teóricos que não se apresentam discrepantes, no entanto, havendo convergência dos modelos explicativos no sentido monetário em particular no plano social de grandes e pequenas cidades diante do binômio M-D-M (aqui entendido por autoconsumo) e D-M-D' (ganhos do capital).

O objetivo da pesquisa, via de regra, procura analisar a possibilidade de convergência das teorias da economia monetária de Georg Simmel e o dinheiro em Marx na perspectiva exclusivamente teórica. Metodologicamente, este trabalho lança mão de uma pesquisa explicativa pautada em uma revisão da literatura a fim de vincular conceitos dispersos pelas observações nos programas de pesquisa dos autores clássicos aqui admitidos em diálogo com diversas referências teóricas.

Portanto, este artigo se encontra dividido em mais 4 seções além da introdução. A seguir são descritos os aspectos do modelo de Marx no entendimento sobre o dinheiro; posteriormente, procura-se resgatar em Simmel elementos da teoria da economia monetária relevantes ao processo de convergência entre os modelos; a seção subsequente preconiza estabelecer uma relação capaz de verificar a pertinência da convergência entre Simmel e Marx, reservando ao último item as considerações finais.

## 2 O DINHEIRO EM MARX

O item agora inaugurado pretende discutir, ainda que de forma bastante sumária, os principais aspectos relacionados com o dinheiro em Marx, buscando na teoria marxista

estabelecer alguns parâmetros representativos no sentido da possibilidade de haver uma convergência entre o modelo de Marx e Simmel a ser perseguido na pesquisa aqui postada.

De fato, Brunhoff (1985) circunscreve uma revisitação ao modelo marxista acerca da ideia de dinheiro, isto é, esse corresponde ao equivalente geral que não possui valor em si mesmo, manifestando o valor das mercadorias produzidas pelo trabalho humano abstrato médio incorporado nas mercadorias postas no circuito das trocas.

Adicionalmente, a autora mostra haver os denominados M-D-M e o D-M-D', os quais retratam a mediação do dinheiro no sentido desse intermediar a troca das mercadorias no circuito mais simples, ou mais significativamente, há a consideração do mais dinheiro que retira da circulação uma quantia maior daquilo antes investido pelos capitalistas no processo de produção da sociedade capitalista.

De maneira mais clara, torna-se cabível explicitar que o circuito Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria descreve o denominado autoconsumo no interior de pequenas comunidades locais, isto é, o equivalente geral reúne traços meramente voltados para propiciar o intercâmbio de mercadorias entre os agentes/atores, não circunscrevendo nuances de ganhos imputados ao capital que se reverberam no circuito Dinheiro-Mercadoria-mais Dinheiro característico de grandes recortes espaciais, mostrando uma notável diferenciação acerca do comportamento do dinheiro.

Brunhoff (1985), portanto, descreve uma série de exemplos da ação da moeda na condição de equivalente geral capaz de modificar os movimentos de mercado entre demandantes e ofertantes. Entretanto, a teoria marxista pela autora recuperada exprime a não valoração das coisas pelo dinheiro, na verdade, o equivalente geral permite haver a manifestação dos valores das mercadorias.

Com efeito, cada item produzido traz em sua essência o valor do trabalho humano incorporado e o valor de uso, expressão das características físicas das mercadorias, mostrando ocorrer uma relação social de produção que revela no dinheiro um mero transmissor do valor das coisas colocadas para as trocas no mercado.

Afinal, a explicitação das características do dinheiro possibilita observar, por extensão, que a política econômica procede da gestão estatal da moeda associada a uma administração do Estado decorrente das instituições públicas constituídas da propriedade de realizar a gestão monetária implicadora das relações de produção capitalistas, não alterando, em última instância, o valor do trabalho das mercadorias.

Tornando mais claras tais considerações, Marx (2013) ao realizar sua crítica de proporções fortemente significativas acerca do capitalismo, necessariamente, recupera inúmeros aspectos envoltos na sociedade capitalista, em outros termos, as relações sociais de produção denotam que os limites alcançados pelo desenvolvimento dos meios de como produzir determina o modelo de relacionamento entre os indivíduos, especialmente no transcurso histórico, de acordo com notas de Rosdolsck (2001).

Marx (2013), todavia, constrói uma reflexão sintomática acerca do dinheiro enquanto equivalente geral, o qual permite a manifestação do valor das coisas na perspectiva da viabilidade do circuito das trocas, ou seja, o dinheiro apresenta uma característica que esconde o denominado trabalho humano abstrato social médio incorporado nas mercadorias, sendo um fetiche, do ponto de vista quantitativo, dos valores atribuídos aos itens intercambiáveis postos para a circulação, fazendo divergir, em decorrência das forças de mercado, o preço das mercadorias e o valor das mesmas.

Portanto, o dinheiro traz a não qualificação das mercadorias enquanto quantidade de trabalho humano nelas presente, mostrando que se trata de uma referência para facilitar o que o próprio Marx (2013) esclarece no âmbito das dificuldades de haver trocas sem equivalente geral, daí ser plausível assumir que o dinheiro não expressa os traços qualitativos em essência das mercadorias, corolário sintomático do sistema capitalista de produção.

Silva (2021), em reforço, deixa claro que a moeda é o ativo mais importante e condutor das relações econômicas em escala social, independentemente da extensão espacial, quer dizer, as circunscrições capitalistas sistêmicas repousam na conservação das diferenças de classe, havendo no campo monetário, precisamente, uma divergência entre distintos grupos capitalistas (frações), conforme acentua Poulantzas (1977).

O autor supracitado, categoricamente, ressalta que o bloco no poder significa que parcela do capital (classe dominante) se encontra no exercício do poder enquanto outras frações se situam a margem, porém, não havendo conflitos capazes de desorganização da classe dominante em favor da classe dominada, conservando, necessariamente, a estrutura de dominação estabelecida do capital em detrimento aos trabalhadores.

Silva (2019), apoiado em Poulantzas (1977), apresenta uma característica empírica marcada pela diferenciação das frações do capital no sentido de haver frações ligadas aos setores produtivos e outras frações capitalistas vinculadas aos seguimentos financeiros, cujo fator determinante para identificar a assimetria no interior do Estado procede da preferência por taxas de juros mais ou menos elevadas, tomando como referência o conceito de eficiência marginal do capital já explicitado sinteticamente neste estudo.

Reforce-se semelhante discussão, a rigor, recuperando a hipótese de instabilidade financeira formulada por Minsky (1986) e recuperada nos trabalhos de Silva e Ferreira (2020) e Silva (2021), de maneira que a abordagem sinaliza haver nos períodos prósperos tendências as trocas de ativos tangíveis pelos intangíveis (financeiros), pois as possibilidades da realização do denominado mais dinheiro em Marx se faz factível, ocorrendo uma reversão nos momentos de crise, fato esse último inerente aos ciclos sistêmicos do capitalismo.

Portanto, independente do bloco que se encontrar no exercício do poder, na verdade, a moeda enquanto manifestação do dinheiro a ser destinado, tendencialmente a esfera produtiva ou financeira, no fundo, o que salta aos olhos é a essência das relações sociais capitalistas assimétricas escondidas pelo fetiche do dinheiro, demarcando corolários quantitativos que omitem a tipificação de relação social imputado a cada formação social específica.

### 3 A ECONOMIA MONETÁRIA EM SIMMEL

Em problematização desta discussão, a rigor, torna-se imprescindível atestar conceitos presentes na teoria de Georg Simmel. O autor, dentre inúmeros aspectos permite refletir acerca da economia monetária, a qual reúne a ausência de significado do ponto de vista da ideia de vida nervosa imputada a Simmel (2005), que se refere a uma forma de indiferença dos agentes/atores como desdobramento do espírito das grandes cidades.

De forma mais clara, Georg Simmel circunscreve comportamentos pautados na perda da subjetividade dos indivíduos diante da instrumentalização repousante na sociedade capitalista, isto é, Rudger (2008) resgata de Simmel traços sintomáticos na perspectiva de uma cultura da quantificação vis-à-vis o qualitativo.

Nessas circunstâncias, a teoria da economia monetária resguarda a mera contagem do dinheiro capaz de descaracterizar o subjetivismo humano, demonstrando, necessariamente, que no âmbito da vida nervosa o sentido pautado nas relações subjetivas perde significado perante o quantitativo, fator mais explícito na dinâmica de sociabilidade das grandes cidades.

Um conceito sintomático decorre do que Simmel (2005) denomina de “caráter blasé”, o qual circunscreve haver nulidade de sentido nas relações estabelecidas socialmente, ou seja, o anonimato individual impossibilita o envolvimento pessoal entre homens, sinalizando que cada pessoa não dedica sentido no trato com os demais dado o frenético movimento da sociedade capitalista, fundamentalmente no denominado espírito das grandes cidades.



Nessas circunstâncias, Rammstedt (2015) recupera em Georg Simmel, necessariamente, características da modernidade social marcadas pelo naturalismo e individualismo, demonstrando haver corolários do particularismo diante da existência de uma cultura amalgamadora da sociedade, tomando como referência o modo capitalista de produção e consumo, sendo pertinente compatibilizar semelhante leitura aos dispostos por Schumpeter (1961) e Bauman (2009).

Acrescente-se que o dualismo proposto por Simmel, na leitura de Santos (2014), preconiza coexistir um par de dimensões, o particularismo subjetivo de cada homem e o objetivismo geral capaz de amalgamar os agentes/atores socialmente. Assim, o espírito das grandes cidades repleto do viés associado ao anonimato individual, claramente, explica a condição de perda do valor qualitativo em favor do viés quantitativo expresso no dinheiro.

Assim, uma explicitação mais completa se faz necessária, isto é, Visser (2017) descreve, apoiado em Simmel, que a cultura implica no indivíduo presente em uma formação social específica, cujo grau de complexidade alcançada pela sociedade provoca ampliação de uma espécie de hiato entre desejo e objeto intencionado, mostrando ocorrer certo cabedal de fantasias no plano do mercado.

Com efeito, o autor traz ao centro do debate um tipo de nivelamento das coisas no processo interativo de sociedade decorrente da participação quantitativa do dinheiro, ou seja, a hipótese de destruição criativa de Schumpeter (1961) possibilita estabelecer uma relação social e econômica própria do sistema capitalista, em outras palavras, a escala industrial de produção circunscreve comportamento bastante sintomático tangente ao modelo teórico de Simmel acerca da chamada economia monetária.

Reforce-se semelhante argumento, a rigor, tomando como referência Bauman (2009) a partir de seu pensamento caracterizado na denominada “vida líquida”, quer dizer, o autor robustece a hipótese de elevada celeridade social que os indivíduos estão imersos socialmente, cujo fator econômico do consumo caracterizado pela volatilidade das mercadorias impostas pelo mercado, igualmente, as próprias relações sociais significativamente voláteis marcam a ideia de “vida nervosa” discutida por Georg Simmel.

Os desdobramentos provenientes das questões antes acentuadas, categoricamente, revelam que o viés sistêmico procedente do capitalismo mostra uma característica de consumo cada vez mais célere, isto é, as mercadorias postas no circuito das trocas exprimem atribuições de redução de seu tempo para substituição, pois o ciclo de vida dos bens se reduz substancialmente a fim da reposição por parte dos consumidores, aumentando o tendencial ganho capitalista, segundo Motta (2016).

O autor possibilita observar que a denominada crise ecológica decorre de uma exploração desordenada dos recursos naturais, cujo favorecimento capitalista requer a adoção de um modelo capaz de gerar frequentes substituições dos produtos (ciclo de vida) em escala cada vez mais rápida, convergindo aos traços de “vida líquida” de Bauman (2009) e a destruição criadora proposta por Schumpeter (1961).

Uma contradita, na verdade, parte da leitura de Simmel (2005) que propõe haver o denominado espírito das pequenas cidades, isto é, tal percepção envolve um estruturado plano de relação social marcado pelos afetos mais aproximados e o estabelecimento de confiança no desenvolvimento das atividades econômicas e sociais de forma abrangente, sendo uma característica diversa daquilo observado nas grandes cidades.

De fato, o anonimato e o “caráter blasé” demonstram uma tipificação de relação social de inaplicabilidade dos enfatizados conceitos, quer dizer, os elementos da vida nervosa não se verificam dado que o modo capitalista de acumulação ampliada perde notável significado, cuja marca presente no espaço rural mais apropriadamente, a rigor, sinalizam uma espécie de antítese do produto socioespacial, conforme apontamentos de Jacinto, Mendes e Perekouskei (2012).

Os desdobramentos anteriores, claramente, sublinham que nas pequenas cidades a dinâmica da economia monetária encontra peculiaridades bastante sintomáticas, quer dizer, ao não frenética vida nervosa das grandes cidades e os padrões de sociabilidade marcados pela confiança demonstram, por exemplo, a possibilidade da realização de trocas que se utilizem moedas não correntes no interior de dado território nacional (menos comum) e a mais frequente forma de compra pautada na informalidade (crediário ou anotações em cadernos), aspectos esses distantes de um mercado consumidor dinâmico.

Assim, Menezes e Crocco (2009) revelam haver um pouco explorado sistema monetário local, onde as comunidades adotam práticas de trocas a partir de moedas não correntes e que não são conversíveis/aceitas nacionalmente. A hipótese de Georg Simmel, portanto, não se descarta no âmbito das pequenas cidades, ou seja, quando se distanciam corolários de uma vida nervosa há inclusive mecanismos pautados na confiança que podem ser adequadamente considerados, mostrando que o paradoxo entre o espírito de grandes e pequenas cidades é verificável atualmente.

Com quanto, o modelo de análise aqui considerado repousa na aceitação de elementos dispersos pela literatura econômica e demais áreas correlatas, asseverando, provavelmente, haver uma tendência de admissibilidade das características da vida nervosa identificadora das grandes cidades, ou ainda das porções urbanas do chamado espaço geográfico, a partir de Silva (2014).

Acentue-se, finalmente, que a leitura extraída de Georg Simmel e o diálogo sucinto estabelecido neste item, claramente, demonstra um não desprezível olhar analítico capaz de perceber traços no âmbito urbano das grandes cidades e realces de uma vida frenética, perda substancial a ponto de configurar indivíduos de forma anônima, escondendo tais subjetivismos particulares sob o véu do dinheiro enquanto face visível aos agentes presentes na sociedade de mercado.

#### **4 CONVERGÊNCIA ENTRE GEORG SIMMEL E A LEITURA MARXISTA DE MOEDA NA COMPREENSÃO DA ECONOMIA CAPITALISTA**

Esta seção, via de regra, procura estabelecer uma aproximação teórica dos modelos de Simmel e Marx em torno da moeda no sistema capitalista atual, cuja preocupação é suscitar alguns apontamentos capazes de ampliar a compreensão que cada abordagem permite atestar. No entanto, uma possibilidade de convergência reforça a importância dos clássicos na explicação dos movimentos econômicos envoltos na sociedade de mercado, configurando nos principais procedimentos analíticos a serem perseguidos no item aqui postado.

Nesse sentido, inúmeros traços da realidade são cabíveis de explicitação, onde o enquadramento da moeda no plano de um sistema estruturado de relações de mercado, a rigor, permite circunscrever as nuances rotineiras da economia a partir do arcabouço teórico revisitado sumariamente no artigo constante nestas páginas.

Uma preocupação dos gestores da moeda em escala nacional, especialmente, trata-se do esforço em inibir, ou no limite eliminar a inflação, garantindo que a moeda de qualquer país tem força no sentido de haver adequado poder aquisitivo imputado aos agentes/atores, conforme descrição presente nos modelos teóricos acerca da moeda apresentados por Carvalho et al. (2007) e Pimentel, Luporini e Modenesi (2016).

Esclareça-se, na verdade, que força monetária não significa taxa de câmbio mais ou menos valorizada/apreciada diante da moeda de curso internacional, quer dizer, Silva, Silva e Figueiredo (2013) mostram que a moeda nacional quando aumenta a quantidade de unidades monetárias proporcionalmente a moeda de curso internacional há desvalorização/depreciação

cambial, sendo o efeito contrário simétrico com uma valorização/apreciação do câmbio, não havendo, diretamente, elevação ou redução do poder de compra da moeda.

Acrescente-se, por sua vez, que a desvalorização/depreciação cambial (taxa de câmbio real correspondente à taxa de câmbio nominal descontada a inflação) provoca estímulos tendenciais ao aumento das exportações de bens e/ou serviços e desestímulo de importações, sendo contrário o movimento quando a taxa de câmbio real valoriza/aprecia, conforme validade da condição de Marshall Lerner destacada no estudo de Lima e Silva (2017).

Entretanto, Silva (2021) revela que, dentre inúmeras conceituações de política econômica, a leitura do autor sobre esse aporte teórico passa pela moeda como determinante das diversas relações econômicas, cuja gestão estatal do equivalente geral é produto das decisões do bloco no poder em termos da fração do capital que se encontrar exercendo o poder no interior do Estado, nos termos de Poulantzas (1977), exprimindo haver escolhas assimétricas no que tange a eficiência marginal do capital como premissa de favorecimento das esferas produtivas vis-à-vis financeiras.

Enfatize-se, por seu turno, que a leitura precedente realizada no trabalho de Silva (2021) recupera a moeda como elemento central para dinamização da economia capitalista, cuja referência fundamental decorre da teoria keynesiana, a qual lança mão da moeda como aporte capaz de explicitar o modo de funcionamento das diversas economias mundo a fora, sendo tal premissa essencial ao entendimento e possibilidade de convergência de Simmel e Marx para esta pesquisa.

Modenesi (2005), por sua vez, apresenta vários modelos teóricos acerca da moeda, cujo destaque a este artigo decorre da teoria Novo-clássica, corrente de pensamento econômico de orientação ortodoxa, a qual preconiza haver princípios, a exemplo da ideia de credibilidade e reputação das autoridades monetárias (gestores estatais da moeda), onde o principal atributo procede da não permissão de instabilidade econômica repousante nos mercados provenientes das ações do Estado.

De forma mais clara, torna-se cabível enfatizar que políticas públicas, sejam econômicas, sociais, regulatórias, dentre outras, na leitura de Silva e Ferreira (2020), são focos tendenciais de instabilidade à economia, notadamente devido ao sempre tendencial surgimento e/ou agravamento do processo inflacionário, piorando as condições de vida das empresas e das famílias.

Com efeito, a teoria monetária permite observar que maiores esforços estatais no atendimento de demandas das classes menos favorecidas, claramente, implicam no denominado desequilíbrio fiscal caracterizado por um volume de gastos excedente ao nível da arrecadação governamental, sendo necessário para financiar o chamado déficit público a emissão de moeda na forma de títulos da dívida dos governos, gerando processo inflacionário, segundo Canêdo-Pinheiro (2011).

Silva e Moura (2017), a rigor, demonstram que inflação significa um aumento generalizado e sustentado do nível de preços da economia, correspondendo, por seu turno, a uma consequência da ampliação de moeda em circulação no sistema econômico, gerando perdas reais dos rendimentos dos agentes/atores integralmente, a exemplo das rendas salários, aluguéis, lucros e impostos governamentais.

Ferreira, Silva e Souza (2019), por extensão, recuperam da literatura o conceito de “efeito Tanzi”, o qual corresponde a perda real dos tributos recolhidos pelos governos, particularmente entre o fato gerador do imposto e seu efetivo recolhimento, aspecto esse decorrente de uma situação de elevada inflação que corrói, em termos reais, o volume tributário presente nos cofres públicos, dificultando as referências econômicas procedentes dos desafios da demarcação implausível dos preços.

Ressalte-se, a rigor, que em uma economia convivendo com inflação elevada há, provavelmente, uma perda social generalizada. No entanto, os gastos com capital não podem



ser prejudicados a ponto da geração de efeitos implausíveis imputados a esses com patamares sem precedentes, sendo pertinente haver correções monetárias de aumento das taxas de juros, modificando, tendencialmente, a fração do capital a ser beneficiada, porém, os trabalhadores permanecem expropriados neste contexto inflacionário em termos marxistas, segundo assinala Silva (2021).

Além disso, o efeito da inflação reforça uma injustiça social tendencial, do ponto de vista tributário, quer dizer, em um sistema de impostos regressivos, a exemplo do Brasil e na recuperação de Silva (2017), a rigor, os agentes mais pobres pagam proporcionalmente um volume maior de tributos em comparação aos economicamente mais ricos, sendo pertinente afirmar que a inflação amplia as perdas reais e contribui, ao menos por hipótese, na piora social e econômica dos membros da classe dominada.

Adicionalmente, o binômio inflação/sistema tributário regressivo, categoricamente, circunscreve haver o estabelecimento de uma diferenciação social significativa e, conseqüentemente, um aumento tendencial das distâncias materiais entre capitalistas e trabalhadores, acrescentando tais constatações aos aspectos marxistas já presentes nos estudos de Brunhoff (1985), Rosdolsky (2001) e Silva, Figueiredo e Ferreira (2021).

Assim, Modenisi (2005) lança mão do modelo Novo-clássico, corrente de pensamento paradoxal ao marxismo, cuja preocupação Novo-clássica decorre da tentativa de garantir a estabilidade de preços (combate à inflação) que predomina diante de qualquer cenário de desafio social, de modo que descontrole fiscal é um problema fundamental e primário frente ao atendimento das demandas, assumindo uma perspectiva relevante a este estudo.

Resta ainda esclarecer, por sua vez, que a deterioração das contas públicas proporcionam instabilidade tendencial nos preços da economia, pois a necessidade de financiamento dos déficits governamentais preconizam a emissão monetária através dos títulos públicos, cuja descrição procedimental sinaliza haver a colocação de títulos da dívida pública no mercado a fim de obtenção de cifras monetárias para o financiamento do déficit, pagando um prêmio de juros adicionado ao valor a ser resgatado pelos agentes privados futuramente, segundo Serrano (2010), Canêdo-Pinheiro (2011) e Nassif (2015).

Modenesi (2005), portanto, apresenta a corrente de pensamento econômico Novo-clássica, a qual trazendo seus prismas de reputação e credibilidade governamentais em torno da equipe que faz a gestão monetária na economia de dado país, categoricamente, demonstra ser mais adequado o modelo de administração marcado por uma inclinação impopular, cujas políticas no mínimo se configuram com caráter restritivo, tendo conseqüências de desaceleração da atividade produtiva, queda tendencial do emprego e renda agregadas, etc.

Assim, os desdobramentos da teoria marxista podem explicar tal corolário em virtude da prerrogativa estatal em inibir eventuais tensões sociais, a partir da leitura de Nicos Poulantzas feita por Silva (2019), pois o modelo explicativo recuperado pelo autor traduz ser fundamental que o Estado possibilite a formulação de políticas arrefecedoras das condições inadequadas de vida da classe dominada, garantindo a denominada reprodução social dos trabalhadores expropriados pela reprodução ampliada capitalista.

Afinal, o modelo marxista problematiza e rejeita tal prerrogativa Novo-clássica envolta na aceitação de impopularidades acerca da gestão estatal da moeda, preconizando coexistir um debate profundo na literatura que sustenta circunscrever uma antítese sobre qual comportamento do bloco no poder é mais adequado, incluindo o sentido de evitar eventuais tensões sociais com viés conflituoso, sendo implausível ao bom funcionamento do sistema de mercado.

Reforçando tal argumento de natureza marxista, Brunhoff (1985) aponta ser entendida a política social como de emprego e renda no limite, ou seja, o Estado capitalista deve formular, tanto no âmbito do executivo ou legislativo (órgãos do aparelho estatal), conforme Poulantzas adverte no resgate de Silva (2021), de maneira que o movimento mencionado garanta aos

membros da classe trabalhadora atenuações para a sustentação do sistema capitalista em sua essência.

Adicionalmente, Silva, Figueiredo e Ferreira (2021) mostram que as políticas sociais assumem características de acumulação ampliada capitalista vis-à-vis legitimação, asseverando que a dotação do orçamento público reserva as maiores fatias aos membros da classe dominante em detrimento da classe dominada, conforme constituição do modelo teórico de James O'Connor.

Portanto, a política social não é, necessariamente, uma formulação favorecedora das classes menos beneficiadas, na verdade, a teoria marxista demonstra que a geração de emprego e renda serve para propiciar ganhos ao capital e mascarar cenários de eventuais instabilidades políticas perturbadoras da economia de maneira mais específica, reforçando a tese de Poulantzas (1977) acerca do denominado Estado autônomo relativamente.

Brunhoff (1985), categoricamente, assinala que a política econômica reúne a gestão estatal da moeda e da força de trabalho, em outras palavras, há uma combinação de ações do Estado capitalista a fim de favorecer a acumulação ampliada do capital e reprodução social da classe dominada, cuja expectativa é garantir o fortalecimento da classe dominante nas diferentes frações e evitar eventuais tensões populares, as quais são constitutivas na essência das tomadas de decisão das autoridades estatais no âmbito do sistema capitalista.

A autora supracitada, apoiada na leitura marxista, percebe que o ajuste monetário via políticas econômicas impopulares faz com que o cenário beneficiador do capital, tão somente, modifique a composição do capital, deixando de ser o Estado favorecedor do capital produtivo para apadrinhar a esfera financeira, construindo um ambiente social apenas inibidor de eventuais tensões.

Torna-se factível salientar, na verdade, a hipótese teórica da instabilidade financeira de Minsky (1986), a qual suscita haver ciclos de alternâncias comportamentais imputados aos agentes econômicos na perspectiva da aquisição tendencial de ativos financeiros em detrimento dos ativos produtivos nos momentos prósperos economicamente, ocorrendo uma reversão atrelada as fases ciclicamente instáveis (crise), cujos efeitos reverberam cenários paradoxais entre as frações do capital que se revezam no exercício do poder, possibilitando compatibilizar, teoricamente, Minsky e Poulantzas.

Silva (2021) consegue estabelecer semelhante relação entre tais modelos, associando a teoria marxista de Nicos Poulantzas e uma formulação de cunho heterodoxa mais convergente a perspectiva keynesiana, sendo de bom alvitre sistematizar uma vinculação capaz de asseverar, a partir da autonomia relativa do Estado capitalista, um desenho favorecedor das escolhas individuais dos agentes, mostrando, portanto, que o fetiche proveniente do marxismo atribuído ao dinheiro se verifica nas nuances ressaltadas no modelo de síntese aqui admitido.

Afinal, para os propósitos constantes no artigo, necessariamente, a instabilidade financeira alarga a denominada economia financeira diante da realidade econômica, isto é, o traço quantitativo monetário proporciona aparências passíveis de esconder o real poder de compra dos agentes/atores, tanto investidores como consumidores, elevando o quadro fictício a patamares que podem gerar perda de referências através da chamada ilusão monetária.

Reforçando o antes exposto, Cardoso et al. (2010) discutem a teoria acerca da ilusão monetária, cuja abordagem revela que os agentes, que são dotados de racionalidade, avaliam os valores reais e nominais das mercadorias postas no circuito das trocas, quer dizer, o raciocínio dos agentes repousa na tomada de decisão quanto cada bem custa monetariamente e seu valor real.

Os autores supracitados explicam que a perspectiva econômica de cunho utilitarista, fundamentação filosófica do pensamento Neoclássico, ressalta haver um desafio representativo em decidir realizar uma transação econômica pautada na conservação do valor real e corte nominal, na hipótese do ganho salarial por exemplo, em outras palavras, é mais factível a

aceitação de uma perda real ainda que haja aumento nominal do rendimento em face da preservação real com diminuição nominal, daí ocorrer a ilusão monetária.

Tomando como referência a crítica imputada ao modelo Neoclássico apontado por Cardoso et al. (2010), Silva (2021), por sua vez, atesta que a teoria de Keynes faz uma profunda problematização a ideia ortodoxa de equilíbrio eficiente na medida que a produtividade marginal do capital se iguala ao salário real, mostrando a visão keynesiana no sentido dessa perspectiva compreender como desafiador o corte nominal salarial e não, necessariamente, a redução dos salários reais.

Assim, a afirmação precedente reforça a vinculação marxista e keynesiana, categoricamente na leitura de síntese aqui formulada, mostrando que o dinheiro em Marx denota persistir um fetiche capaz de conduzir os agentes/atores no sentido desses observarem a aparência monetária, colocando, quando muito, os aspectos reais em um segundo plano, viabilizando admitir o modelo marxista no campo do diálogo com as demais linhas teóricas, havendo uma pertinência não desprezível.

Complementarmente a esta discussão desenvolvida no estudo cabe considerar, a rigor, que se almeja ressaltar algumas nuances relevantes acerca da leitura de economia monetária extraída de Georg Simmel, ou seja, o autor identifica elementos de sociabilidade envoltas em distintas relações sociais demarcadas em cortes espaciais com dinâmicas bastante assimétricas, a saber: o espírito das grandes vis-à-vis pequenas cidades.

Com efeito, nas grandes cidades há um ritmo frenético caracterizado pela ideia de vida nervosa, quer dizer, o anonimato, a nulidade de sentido nas relações (“caráter blasé”), movimento objetivo social instrumentalizado e capaz de amalgamar as subjetividades individuais, provavelmente, tais contornos demonstram a moeda como elemento de quantificação descolada da qualidade das vidas humanas.

Santos (2014), Rammstedt (2015) e Visser (2017), via de regra, descrevem um modelo teórico procedente de Simmel, onde um aspecto de suma importância é proveniente da ideia de dualismo objetivismo vis-à-vis subjetivismo, cujas marcações sociais acentuam que o espaço social determina traços demarcadores para um adequado desenvolvimento de relações sociais, especialmente no terreno monetário, fato esse mais caro às pretensões da pesquisa em curso.

De maneira mais específica, a admissibilidade da forma de vida das grandes cidades exprime um corolário identificador da moeda enquanto instrumentalização social em termos do destacamento dos agentes/atores no sentido desses assumirem papéis na sociedade capitalista com configurações mais ou menos relevantes, isto é, a quantificação monetária revela a colocação no campo social imputada a cada agente/ator individualmente.

Pierre Bourdieu recuperado por Silva (2022), claramente e em acréscimo ao até então exposto, circunscreve coexistir em seu modelo explicativo de cunho sociológico a ideia da teoria dos capitais, a qual denota ser observável o poder em diferentes esferas do campo social, a exemplo do capital escolar, cultural, simbólico, econômico, dentre outros, sinalizando persistir no terreno da economia a posse de bens precificados monetariamente.

Com quanto, o capital econômico de Bourdieu, igualmente apontado no estudo de Visser (2017), denota repousar sobre os agentes/atores realces de uma colocação no campo social ponderada através do quão se pode mensurar sua cesta de bens (tangíveis e/ou intangíveis) mediante quantificação decorrente do dinheiro, acentuando ser possível vincular Pierre Bourdieu e Georg Simmel no aspecto do dualismo atribuído ao último, constituindo em uma emblemática percepção observada no trabalho do autor supracitado.

É importante asseverar, no entanto, que a moeda em Simmel traduz uma construção pautada na preocupação em garantir a contabilização das mercadorias sem, todavia, haver significado particular no tocante às preocupações com os agentes/atores individualmente, mostrando, por seu turno, características monetárias no capitalismo destoantes do homem enquanto uma espécie de preservação humana no âmbito coletivo.

Lyra (2007), por sua vez, recupera a percepção teórica de Hobbes no que tange ao plano contratualista, o qual circunscreve ser necessária a participação do Estado para inibir e, no limite, eliminar a possibilidade de “guerra de todos contra todos” (estado de natureza), constituindo ser crucial a emergência de uma instituição capaz de garantir o não conflito entre indivíduos.

A associação teórica trazida por Lyra (2007) acerca de Hobbes é vinculada à análise decorrente de Simmel, na verdade, em virtude do período anterior ao surgimento e consolidação do Estado é evidenciado um quadro de despreocupação com indivíduos da mesma espécie humana, em outras palavras, a tentativa de combinação teórica perpassa pelo forte argumento de que na vida nervosa a forma de sociabilidade permite verificar certos vestígios do estado de natureza de Hobbes.

Esclareça-se, por sua vez, que a ligação antes explicitada tem como premissa teórica sublinhar, do ponto de vista de um ambiente cultural que paira na sociabilidade envolta nas grandes cidades enquanto espírito, necessariamente, a forma não desprezível da competição capitalista em enxergar no indivíduo competidor um adversário capaz de tomar seu posto de trabalho, ganho mediante lucro do capital (produtivo e/ou financeiro), afinal, a instrumentalização objetiva do Estado capitalista garante condições de legitimidade das disputas, sendo tais corolários consequências possíveis a serem resgatadas do programa de pesquisa de Simmel em diálogo com sinalizações dos pensadores contratualistas.

Reduzindo o nível de abstração, torna-se plausível asseverar que a moeda institui uma relação meramente quantitativa envolta na instrumentalização objetiva, cujas individualidades se tornam essencialmente anônimas, sendo essa característica bastante convergente, pelo menos ao que se pode constatar neste artigo, com a diferenciação marxista da aparência vis-à-vis essência, ou o dinheiro como fetiche da mercadoria.

Aponte-se, entretanto, que Rudger (2008) esclarece, a partir de Georg Simmel, que a cultura objetiva envolve os agentes individualmente, de maneira que as nuances monetárias implicam nas pessoas enquanto indivíduos por vezes de forma implausível, ou seja, quando se observam as tomadas de decisão de um Banco Central, a exemplo do Banco Central Europeu (BCE), o que menos há de preocupação decorre dos desdobramentos singulares, salvo tal singularidade refletir interesses de um detentor de poder de forma legítima.

O caso ilustrativo, a rigor, procede do BCE no contexto da crise em 2012 admitida por Silva e Ferreira (2020), cujos autores mostram que a Grécia é submetida a fortes esforços fiscais em favor de uma política monetária mais restritiva que coloca a população grega em considerável dificuldade econômica, tendo como objetivo garantir a estabilidade financeira do bloco, principalmente em torno dos países centrais da Zona do Euro, Alemanha e França por exemplo, gerando um cenário dramático socialmente imputado aos gregos.

A sinalização precedente, na verdade, denota ser sustentável na perspectiva de Simmel coexistir uma cultura capitalista amalgamadora das subjetividades particulares que circunscreve um ambiente instrumentalizado monetariamente, suscitando como benefício em última instância o capital financeiro e, posteriormente, os favorecimentos aos seguimentos produtivos, reservando aos indivíduos da classe trabalhadora a atenção derradeira por parte das autoridades governamentais mundo a fora.

Resta ressaltar, de forma sumária e conclusiva, que a possibilidade de convergência central extraída das perspectivas de Simmel e Marx em torno da moeda, a rigor, repousam na associação do circuito D-M-D' marxista diante do espírito das pequenas cidades em Simmel, gerando uma correspondência do espírito das grandes cidades deste autor frente ao circuito D-M-D' procedente de Marx, sinalizando características bastante pertinentes entre tais modelos teóricos.

Portanto, os desdobramentos explicativos desenvolvidos até então neste estudo apontam que cidades pequenas relacionam a moeda como elemento simples para transações voltadas a

uma tipificação de autoconsumo interno às comunidades espacialmente e economicamente menores. Contrariamente, as cidades grandes, geralmente áreas urbanas mais complexas percebem a moeda em um patamar de aprofundamento muito maior, incluindo cenários de expansão da esfera financeira, a exemplo das bolsas de valores, casas de câmbio, dentre outros, mostrando que o contraste espacial amalgama os modos de compreensão decorrentes das leituras dos autores admitidos na pesquisa.

Finalmente, os arcaouços teóricos extraídos de Simmel e Marx, ainda que de maneira sumária e em diálogo com outras perspectivas teóricas da economia prioritariamente, por seu turno, demonstram uma síntese explicativa acerca da moeda para as enfatizadas vertentes que revela na moeda um viés quantitativo aparente e constitutivo de uma cultura capazes, ambas as leituras, de desenhar uma subordinação das relações sociais no sentido dos agentes ligados às classes menos favorecidas em absorver resíduos da economia capitalista, asseverando haver a aceitação da hipótese deste estudo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Posteriormente ao desenvolvimento deste artigo, o qual teve por objetivo analisar a possibilidade de convergência das teorias da economia monetária de Georg Simmel e o dinheiro em Marx na perspectiva exclusivamente teórica, sendo que essas pretensões, ainda que de maneira sumária, assumiram uma não desprezível perspectiva explicativa dado que a literatura não se debruçou, pelo menos suficientemente, na vinculação de modelos clássicos tão significativos no terreno teórico para compreender a moeda envolta nos termos aqui postados.

Uma prerrogativa convergente entre Simmel e Marx, claramente, foi decorrente do viés quantitativo do dinheiro que escondeu inúmeros aspectos das relações sociais, seja a não explicitação do valor trabalho incorporado nas mercadorias advindo de Marx, seja no subjetivismo individual diante da condição objetiva da moeda procedente de Simmel, constituindo em uma primeira aproximação.

Além disso, os autores formularam em seus modelos de análise, a rigor, vestígios de uma cultura geral amalgamadora das particularidades imputadas aos agentes/atores, quer dizer, a moeda (equivalente geral) circunscreveu nuances da necessidade de um elemento capaz de estabelecer mecanismos eficazes para propiciar o circuito das trocas, sendo um atributo fundamental ao desenvolvimento das características capitalistas enquanto sociedade de produção no pensamento de Marx.

Já na leitura advinda de Simmel, a cultura da técnica e o objetivismo instrumental amalgamadores das subjetividades particulares, necessariamente, trouxeram ao debate teórico uma visão dualista que permitiu ser admissível existir uma determinação cultural capaz de subordinar os homens, chegando a impor-lhes uma condição de nulidade de afetos no sentido do anonimato individual como espírito das grandes cidades.

Outro ponto de aproximação, na verdade, foi constatado nos circuitos M-D-M e D-M-D' e as formas distintas de sociabilidade de grandes e pequenas cidades no tocante ao olhar sobre a moeda, onde se observou notável assimetria e, mais significativamente, uma associação da sociedade de mercado marcada pelo ganho do capital e a frenética vida nervosa com uma celeridade elevada no ciclo de vida de produtos ("vida líquida" e destruição criativa) e, contrariamente, o dinheiro como intermediário de trocas voltadas ao autoconsumo e comunidades pequenas com sistemas monetários até mesmo distintos da moeda corrente nacional, estabelecendo uma compatibilidade analítica não negligenciável.

Finalmente, os aspectos teóricos identificados em Simmel e Marx, especialmente em torno da moeda, mostraram nuances não exploradas devidamente na literatura e que destacaram os esforços procedentes desta pesquisa teórica. No entanto, inúmeros elementos econômicos



não foram considerados, a exemplo da tecnologia e das técnicas de produção, leituras sobre o possível comportamento dos mercados em uma perspectiva supranacional, além dos próprios aspectos metodológicos tão diferentes entre clássicos notáveis em literaturas sociológicas e econômicas que não se esgotaram enquanto contribuições compatíveis aos apontamentos recuperados neste artigo agora finalizado.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BRUNHOFF, S. de. **Estado e capital**: uma análise da política econômica. Rio de Janeiro: Forence, 1985.

CANÊDO-PINHEIRO, M. O modelo de Cagan e quebras estruturais: evidências para o Brasil (1970-94). **Revista de Economia Aplicada**, v. 15, n. 2, 2011.

CARDOSO, R. L.; et al. A ilusão monetária e a informação contábil e financeira. **Revista Universo Contábil**, v. 6, n. 2, p. 47-60, 2010.

CARVALHO, F. J. C. et al. **Economia monetária financeira**: teoria e política. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

FERREIRA, F. D. da S; SILVA, W. G; SOUZA, J. A. N. de. Preços macroeconômicos (câmbio e inflação) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no Brasil: uma análise para o período 2011-2018. **Revista Documento e Monumento**, v. 27, n.1, p. 159182, 2019.

JACINTO, J. M.; MENDES, C. M.; PEREHOUSKEI, N. A. O rural e o urbano: contribuições para a compreensão da relação do espaço rural e do espaço urbano. **Revista Percurso**, v. 4, n. 2, p. 173-191, 2012.

LIMA, E. P. C. DE; SILVA, W. G. Exportações agrícolas em Alagoas e no Rio Grande do Norte e o cenário macroeconômico brasileiro. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 9, n. 4, p. 67-82, 2017.

LYRA, R. P. Hobbes: a segurança como valor supremo do Estado. In: LYRA, R. P. (Org.). **Teoria política**. Do Renascimento à contemporaneidade: Ensaio de Política, Direito e Sociologia. João Pessoa (PB): Editora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2007, p 35-63.

MARX, K. **O Capital**: crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENEZES, M. S.; CROCCO, M. A. Sistemas de moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. **Revista Economia e Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 371-398, 2009.

MINSKY, H. **Stabilizing an Unstable Economy**. New Haven: Yale University Press, 1986.

MODENESI, A.M. **Regimes Monetários**. Bauru: Manole. 2005.

MOTTA, W. H. **Ciclo de vida do produto e a geração de ecoinovação: desafios para o Brasil**. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2016.

NASSIF, A. As Armadilhas do Tripé da Política Macroeconômica Brasileira. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 3, p. 426-443, 2015.

PIMENTEL, D. M; LUPORINI, V; MODENESI, A. DE M. Assimetrias no repasse cambial para a inflação: uma análise empírica para o Brasil (1999 a 2013). **Revista Estudos Econômicos**, v. 46, n. 2, p. 343-372, 2016.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RAMMSTEDT, O. Como Georg Simmel chegou a modernidade e lhe permaneceu fiel? **Revista de Sociologia e Antropologia**, v. 5, n. 1, p. 53-73, 2015.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

RUDGER, F. A tragédia da cultura na era da técnica: Georg Simmel. **Intexto**, n. 5, p. 1-12, 2008.

SANTOS, A. C. O conceito e a tragédia da cultura, de Georg Simmel. **Crítica cultural**. Critic, Palhoça-SC, v. 9, n. 1, p. 145-162, 2014.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SERRANO, F. Juros, câmbio e o sistema de metas de inflação no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 1, p. 63-72, 2010.

SILVA, C. H. C. da. Estudos sobre o comércio e o consumo na perspectiva da geografia urbana. **Revista Geosul**, v. 29, n. 58, p. 149-178, 2014.

SILVA, W. G. Autonomia relativa e descentralização fiscal: uma análise da arrecadação estadual do Rio Grande do Norte. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 40, n. 136, p. 65-78, 2019.

SILVA, W. G. **Fundo Público e a Programação e Execução Orçamentárias no Rio Grande do Norte: Uma Análise a Partir do Plano Plurianual 2004/2015**. 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

SILVA, W. G. **Gastos com saúde dos estados brasileiros no contexto da pandemia da Covid-19: uma análise das relações federativas entre os meses de março/dezembro de 2020**. 2022. Monografia (Graduação) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

SILVA, W. G. **Notas sobre política econômica e a presença do Estado capitalista: evidências políticas e ideológicas na análise teórica de Gunnar Myrdal.** Mossoró/RN: EDUERN, 2021.

SILVA, W. G.; FERREIRA, F. D. da S. Crise financeira e a política econômica: uma análise fiscal da Grécia 2000/2014. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DO VALE DO AÇU, 2020. **Anais...** Assu, Brasil, 2020.

SILVA, W. G.; FIGUEIREDO, J. de S.; FERREIRA, F. D. da S. Programação e execução orçamentárias estaduais potiguares: uma análise durante o ciclo do Plano Plurianual (PPA) 2016/2019. **Revista Análise Econômica e Políticas Públicas**, v. 1, n. 2, p. 77-88, 2021.

SILVA, W. G.; MOURA, J. M. de. Políticas cambial e monetária no Brasil e finanças públicas estaduais: uma análise comparativa do Rio Grande do Norte vis-à-vis Paraíba. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DO VALE DO AÇU, 2017. **Anais...** Assu, Brasil, 2017.

SILVA, W. G.; SILVA, S. C.; FIGUEIREDO, J. S. Reflexões sobre a política social a partir do contexto monetário internacional: uma discussão preliminar. **HOLOS**, v. 2, 2013.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, v. 11, n. 2, Rio de Janeiro, 2005.

VISSER, R. A sociologia econômica de Simmel e Bourdieu: considerações para um programa de pesquisa. **Revista Civitas**, v. 17, n. 2, p. 60-78, 2017.